

Ata da 120ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo da Vila Mariana

Realizada no dia 8 de agosto de 2023, em formato híbrido, no Auditório da Subprefeitura da Vila Mariana e pelo aplicativo Google Meet.

Participantes:

Coordenador: Durval Nicolau Tabach

Secretária geral: Fernanda Scalise Dennis

Interlocutor (Subprefeitura da Vila Mariana): Adilson Gregório

Conselheiros titulares presentes (9): Laudecir Gasparotto, Marcos Augusto Ferreira Marques, Durval Nicolau Tabach, Fernanda Scalise Dennis, Daniela Curiati Nucci, Marcelo Torres De Oliveira, Marcela Carolina Cerda Munoz, Edna Momoko Kobori Denise Bramucci De Moura Delfim

Conselheiros titulares 'online' (7): Suzana Pereira De Sousa Vilhena, Cauê Freitas Monaco, Victor Plese, Celi Paulino Carlota, Tatiana Yonekura, Tamara Fatima Heymann Capato, Tatiana De Souza Pimentel

Conselheiros suplentes online (1): Osiris Natale Fedi Drimus

Conselheiros titulares ausentes (1):

Municípios presentes (8): Alessandra P. Correia, Annabella Andrade, Mauro Apparicio Fernandes Justino, Wagner Martins Da Silva, Pasi Loman, Renata Maia Pereira de Lima, Sergio Lima Chamis, Mariana Fanelli Cappellano.

Pauta:

1. Aprovação das atas da 118ª e 119ª R.O.;
2. Desapropriação de imóveis para construção de piscinão em Moema, com presença de Claudia Cahali;
3. Atualização sobre andamento de projetos com recursos repassados pelo Prefeito para deliberação pelos CPMs (6 milhões);
4. Atualização sobre outras demandas anteriores;
5. Sala para o CPM na Subprefeitura VM;
6. Formato híbrido das R.O. e regimento interno;
7. Informes de conselheiros;
8. Informes de municípios.

Pauta detalhada:

A Reunião Ordinária (RO) teve início às 18h48 com a presença física ou por videoconferência da maioria dos conselheiros titulares.

1. Aprovação das atas da 118ª e 119ª R.O.;

Atas aprovadas.

2. Desapropriação de imóveis para construção de piscinão em Moema, com presença de Claudia Cahali;

A convidada Claudia Cahali não pôde comparecer. O conselheiro Durval começa explicando que 24 imóveis da Alameda Jauaperi e rua Ibijaú foram notificados sobre

desapropriação para construção de um piscinão. A maioria desses imóveis estão localizados dentro de uma vila residencial. Mauro Justino, morador da rua Ibjauá nº 44 explicou que é contra a instalação do piscinão, pois isso é contrário a proposta do prefeito de abrir toda a viela sanitária que deveria escoar a água da chuva. Segundo ele, a viela era aberta até 2006 e, até essa data, havia alagamentos, mas nunca enchentes. Ele disse que, ao desapropriar os imóveis, a prefeitura irá impedi-los de continuar a morar no bairro visto que com os atuais valores praticados em Moema, não será possível a esses proprietários adquirirem outro imóvel para permanecerem no bairro. Segundo ele, cabe portanto à Prefeitura realizar a reintegração de posse de todas as áreas com construção irregular para liberação do escoamento da água da rua Gaivota até a Av. Hélio Pelegrino. Além dessa abertura ele mencionou a necessidade de que sejam feitas outras ações, como: instalação de pavimento permeável, jardim de chuva, poços de infiltrações, faixa gramada, vala de infiltração, trincheira de infiltração, obras pequenas que não exigem desapropriação de imóveis para que aconteçam. Além do que, segundo ele, o piscinão traz diversas consequências não benéficas ao entorno. O conselheiro Marcelo comentou sobre a obra do piscinão na praça Juca Mulato, ao lado do Tribunal de Contas do Município, que foi paralisada pois o Tribunal de Contas foi contra o uso de parte de seu estacionamento para uso da obra, prejudicando o projeto. Durval pediu ao Mauro que contasse um pouco mais sobre o que foi dito pela Prefeitura em relação a obra a ser realizada no local onde as desapropriações estão previstas. Mauro retornou a palavra explicando que os moradores foram notificados sobre a desapropriação através da visita de um funcionário da empresa Núcleo Engenharia, que entregou um papel onde estava escrito que aqueles imóveis haviam sido selecionados para desapropriação para construção do piscinão. Mauro ainda disse que eles estiveram na subprefeitura para uma reunião com o secretário de obras, Marcos Monteiro, quando ele questionou o secretário sobre a relação de custos entre as despesas envolvidas nas desapropriações dos imóveis, somado à obra do piscinão, e a abertura integral da viela sanitária. Valores que, segundo ele apontou, não tem comparativo visto que a abertura da viela terá um custo infinitamente menor ao município. O secretário respondeu que iria estudar o caso. Mauro comentou que não tinha informação sobre o motivo que paralisou a obra do piscinão previsto para a praça Juca Mulato, mas que a informação que ele tem é de que essa obra também ajudaria a diminuir o problema das enchentes em Moema.

Alessandra, moradora da vila em questão, tomou a palavra e disse que também esteve na reunião e que na ocasião o secretário de obras disse que havia suspenso as desapropriações, porém os moradores continuam a receber contato da empresa terceirizada que pede agendamento para realizar vistoria nos imóveis diariamente. Alessandra complementa que na obra da Juca Mulato foram rescindidos 10 contratos com empresas que realizariam o projeto, projeto este que estava previsto no caderno de drenagem da Prefeitura, assim como um reservatório que seria instalado na esquina da Alameda dos Arapanés com rua Ibjauá. Porém a Prefeitura perdeu o terreno em questão, que foi comprado por uma construtora e hoje já tem um empreendimento no local e, assim, este espaço foi substituído pela área dos imóveis da esquina da Alameda Jauaperi e rua Ibjauá. Ela comentou não haver estudo de impacto ambiental ou projeto desenhado. Alessandra também lamentou que a Prefeitura não teve nem o cuidado de enviar um representante pessoalmente para falar com os moradores, enviando apenas um funcionário da empresa terceirizada. Segundo ela, houve um acordo do Condomínio Jardim dos Butiás, para abertura parcial do muro que bloqueava a viela sanitária, porém a abertura não foi feita em sua totalidade, não representando nenhuma melhoria para o problema. Durval disse ainda que um total de 13 condomínios estão infringindo áreas públicas, com realização de construção que bloqueia a passagem de água das chuvas. Alessandra disse ter

conhecimento de um inquérito civil datado de 2016, ainda em vigor, contra 6 condomínios que realizaram apropriação irregular de áreas públicas, mas que não houve até hoje evolução desse inquérito. Ela finalizou dizendo que eles estão sendo penalizados por erros das gestões passadas da Prefeitura que deram alvará para esses prédios apesar das irregularidades, portanto a gestão atual deveria preocupar-se com a retificação desses erros e não penalizá-los retirando-os de suas casas.

Wagner Martins, síndico do edifício Castelo de Capri, comentou que já presenciou 3 mortes na rua Ibjau. Segundo ele o grande ponto é repensar as soluções urbanísticas para o local, conseguindo assim preservar a permanência dos moradores que hoje temem perder suas casas. Pasi Loman, morador da vila, disse sobre as dificuldades de sua família e todo sofrimento que a Prefeitura está impondo sobre eles, que se somam à questões de saúde, são incabíveis ainda mais considerando que existem alternativas à solução que está sendo proposta. Renata Lima, também moradora da vila, reforçou o sofrimento que todos estão passando pela incerteza do que está acontecendo. Annabella Andrade, disse que fez parte do projeto de piscinão da Lapa, onde foi possível mitigar a obra com micro ações de aspersão de água. Segundo ela, piscinão é uma obra que não deve ser considerada como solução viável por existirem alternativas melhores e de menor impacto. Ela também informou que foi criado um abaixo-assinado a favor da drenagem sustentável, para o qual estão sendo coletadas assinaturas em Moema.

A conselheira Suzana mencionou que a associação de moradores Viva Moema teve uma reunião no dia 27/07 na subprefeitura com o subprefeito e representantes da prefeitura, onde foi falado que não haveriam mais desapropriações e que estão sendo procurados outros locais para que reservatórios menores sejam instalados. A associação também recebeu uma relação de nomes com todos os integrantes da Prefeitura e Subprefeitura que estão envolvidos neste tema. Durval tomou a palavra para falar sobre o Caderno de Drenagem da Bacia do rio Uberaba e complementou que ele mesmo colocou uma proposta no orçamento participativo deste ano para que a viela sanitária do Uberabinha fosse aberta, proposta essa que não teve apoio suficiente. Ele sugeriu que todos conheçam o plano de ação da Subprefeitura da Vila Mariana, onde existe a previsão da criação de um parque linear. Também disse que a obra da praça Juca Mulato está com tapumes há 5 anos e que, ainda que o piscinão para lá previsto fosse realmente construído, não resolveria o problema das inundações de Moema. São necessárias diversas ações conjuntas para que a solução aconteça. Ainda segundo ele, no Caderno de Drenagem são citadas algumas possibilidades de solução dos problemas e, todas elas, englobam: instalação de diversos reservatórios, aumento de vazão nas galerias existentes e criação de “galerias-reservatórios”. O Caderno de Drenagem também traz 5 opções de localização para instalação de reservatórios e, nenhuma delas é a localização da vila e dos imóveis que estão em risco de desapropriação, o que, segundo Durval, é difícil de entender o motivo pelo qual foi decidido pela localização da Vila e casas vizinhas. Ele finaliza dizendo que a somatória de medidas é que resolverão os problemas.

A conselheira Denise comentou que é necessário realizar obras de infra-estrutura em toda a canalização do bairro, considerando os novos empreendimentos que estão subindo. Fernanda sugeriu que seja realizado um seminário em Moema com participação de urbanistas especialistas no assunto, assim como representantes dos moradores e da Prefeitura na tentativa de que seja criado um diálogo e uma troca de ideias na busca das melhores soluções. Os conselheiros Marcelo e Laudecir apoiaram a ideia e Laudecir pediu que já fosse dado o encaminhamento pelo Conselho.

Mariana Cappellano, neta da Sra. Nayde, falecida durante enchente no bairro, tomou a palavra para dizer que faz 5 meses da morte de sua avó e que desde então ninguém da Prefeitura procurou a família para mostrar qualquer solidariedade. Ela também disse que até o presente momento não saiu o laudo da *causa mortis* da Sra. Nayde. O inquérito sobre a morte já foi inclusive arquivado. Ela reforça que o sentimento de todos é de indignação pela falta de ação do Poder Público. Adilson, representante da subprefeitura, tomou a palavra e comentou que o secretário da SIURB, Marcos Monteiro, ficou de dar uma devolutiva ao subprefeito após reunião com os moradores da vila, porém, até o momento, essa devolutiva não aconteceu. Segundo Adilson “nos bastidores” a informação que se tem é de que o prefeito voltou atrás e as desapropriações não mais acontecerão. Quando indagado pelo conselheiro Durval sobre a informação recebida em reunião anterior pela Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Maria Auxiliadora Salvador, que disse que os comerciantes afetados pelas últimas enchentes teriam seu IPTU ressarcido, Adilson não teve informações para compartilhar mas se comprometeu a trazê-las na próxima reunião.

Alessandra, moradora da vila, solicitou mais uma vez que Adilson confirmasse a informação sobre a desistência da desapropriação por parte da Prefeitura. Adilson retomou a fala e disse que essa era a informação que eles tinham mas que aguardavam agora a confirmação pelo secretário de obras e que, inclusive, colocava a subprefeitura à disposição para mais uma vez intermediar esse encontro de moradores com o secretário Marcos Monteiro.

3. Atualização sobre andamento de projetos com recursos repassados pelo Prefeito para deliberação pelos CPMs (6 milhões);

Adilson entregou os projetos impressos selecionados para os representantes de cada subdistrito e informou que a verba já se encontra disponível para execução dos serviços. O próximo passo será a licitação para então partir para a execução. Em valores distribuídos por projeto, temos: R\$ 1.9 milhão para Moema, R\$ 1.9 milhão para a Vila Mariana, R\$ 1.3 milhão para a revitalização da avenida José Maria Whitaker, R\$ 600 mil a serem usados para a instalação de jardins de chuva no bairro da Saúde e R\$ 300 mil que serão destinados à obras de melhoria na casa Zalina Rolim. Durval pediu que Adilson informasse ao Conselho o prazo de início das obras assim que possível.

4. Atualização sobre outras demandas anteriores;

O Conselheiro Marcelo colocou a questão da utilização indevida de calçadas pelo comércio do bairro do Paraíso. Denise complementou que isso é devido à falta de fiscalização. Quanto às demandas anteriores, Adilson confirmou que o piso podotátil foi instalado em frente à UPA, que era uma solicitação da conselheira Tatiana, mas não consegue se lembrar de outras demandas para poder atualizar o conselho. Outras demandas menores foram atualizadas como reclamação de ruído emitido por maquinário de restaurante na Vila Mariana, feita pelo conselheiro Vitor, como também solicitação de criação de área de carga e descarga em frente ao restaurante, também pelo conselheiro Vitor. A conselheira Daniela perguntou sobre a moradora da rua das Rosas, acumuladora que traz impactos sanitários para os vizinhos.

5. Sala para o CPM na Subprefeitura VM;

Edna disse que no passado o CPM tinha um espaço dedicado na subprefeitura e pediu que esse espaço seja reconsiderado e que o CPM tenha acesso a um espaço para guarda de documentos e materiais considerados importantes. Ela também perguntou onde estão os documentos e pertences dos CPM's anteriores. Durval

acredita que seja importante que o CPM tenha, pelo menos, um armário ou prateleira uma vez que no regimento interno do CPM não existe a prerrogativa dos documentos digitalizados, portanto a documentação física ainda é importante. Adilson esclareceu que atualmente não existe espaço físico para uma sala para o CPM mas que um computador e um armário já estão garantidos.

6. Formato híbrido das R.O. e regimento interno;

Durval explicou que, segundo a portaria 002 que regula o funcionamento dos Conselhos Participativos Municipais, as reuniões do CPM são previstas como presenciais, não havendo menção de reuniões online ou híbridas. Ele disse não acreditar que a Casa Civil irá dedicar-se a uma atualização desta portaria pois existe a possibilidade de que no próximo ano sejam realizadas alterações de legislação sobre a existência dos Conselhos, havendo risco de que os Conselhos Participativos sejam extintos, dando lugar aos Conselhos de Representantes. Mas que isso não impede de que os próprios Conselhos criem seu próprio regimento interno que, entre outras questões, formalize a existência e legitimidade de reuniões híbridas. Laudecir propôs que as reuniões sejam apenas presenciais mesmo porque sabe-se que as decisões do Conselho podem até mesmo ser desvalidas se votações sobre temas forem realizadas dentro do formato híbrido, não regulamentado pela portaria 002. Vitor disse acreditar na importância do formato híbrido para permitir maior participação social e não vê problema sobre a validade de processos pois existe uma movimentação dos Conselhos Participativos do município para criação de um regimento próprio que trará segurança jurídica quanto às decisões tomadas no formato híbrido. A conselheira Suzana complementa que acredita que a existência das reuniões híbridas é importante por ser um facilitador na participação de munícipes e dos próprios conselheiros. Tamara disse entender a importância de que os conselheiros tentem ao máximo participar presencialmente das reuniões para que o aproveitamento e a efetividade de suas ações dentro do CPM sejam mais produtivas. Durval comentou que o formato híbrido é o formato que se consegue mais agregar pessoas, quanto aos conselheiros ele disse acreditar que depende de cada um e que certamente o conselheiro se fará ouvir mais participando presencialmente sempre que possível. Ele sugeriu que fosse feito um regimento interno do CPM-VM apenas para dar legitimidade às reuniões híbridas visto que o Conselho tem a prerrogativa de ter seu próprio regimento. Marcos sugere que seja feita uma comissão, um grupo de conselheiros que leve adiante a redação desse regimento interno. Ficou decidido que a conselheira Tamara fica responsável pela redação do esboço do regimento interno do CPM-VM para apreciação dos demais conselheiros.

7. Informes de conselheiros;

Durval informou que essa reunião marca 1 ano de atuação do CPM-VM biênio 2022-2024, terminando assim os 6 meses de cargo dele, como coordenador e da conselheira Fernanda, como secretária. Sendo prevista apenas 1 reeleição consecutiva por cargo, Durval não poderá permanecer como coordenador, porém a Fernanda sim, se essa for a escolha do grupo. Na próxima reunião será necessária essa definição.

Denise convida para a Festa do Chocolate, a acontecer no Instituto Biológico, nos dias 19 e 20 de agosto.

Fernanda informou sobre a confirmação pela CET de retirada dos sonorizadores da Av. dos Bandeirantes.

Denise questionou Adilson sobre a manutenção e limpeza das lixeiras nas ruas e espaços públicos. Adilson respondeu dizendo que a responsabilidade pelas lixeiras é da LOCAT e que irá reforçar com a empresa terceirizada.

8. Informes de munícipes.

Não houveram informes de munícipes.

Encerrada a pauta, e não havendo pedidos de palavra, a reunião foi finalizada pelo Coordenador às 20h55.